



Protestantismo em Revista é licenciada
sob uma Licença Creative Commons.

Ethos religioso e resistência na Fazenda Ibicaba no século XIX

Religious *ethos* and resistance on the Farm Ibicaba Century XIX

Gerson Leite de Moraes*

Resumo

O propósito deste trabalho é analisar a relação conflituosa que desembocou numa rebelião de colonos europeus na Fazenda Ibicaba, no interior de São Paulo, no século XIX. A relação conflituosa foi analisada através do viés religioso e historiográfico. Os imigrantes europeus que vieram trabalhar e substituir gradualmente a mão-de-obra escrava negra, nas lavouras de café do interior paulista, acabaram sendo totalmente enganados numa relação desproporcional, chamada de regime de parceria. A maioria desses imigrantes europeus eram oriundos de países com tradição protestante. Entre outros fatores, o *habitus* protestante desses colonos foi decisivo para o levante. O livro-testemunho do suíço Thomas Davatz, intitulado *Memórias de um colono no Brasil (1850)*, servirá de base para o trabalho que ora se apresenta.

Palavras-chave

Religião. Resistência. Fazenda Ibicaba. Imigrantes.

Abstract

The purpose of this paper is to analyze the conflicting relationship, which culminated in a riot of European settlers in Ibicaba farm, in São Paulo, in the nineteenth century. The conflictive relationship was analyzed by religious and historiographical bias. European immigrants who came to work and gradually replace the hand labor black slave in coffee plantations in the interior, ended up being totally deceived a disproportionate relationship, called partnership. The majority of these European immigrants came from countries with Protestant tradition. Among other factors, the Protestant habitus of these settlers was decisive for the uprising. The book-witness, Swiss, Thomas Davatz entitled: *Memoirs of a settler in Brazil (1850)* as a basis for the work presented here.

Keywords

Religion. Resistance. Farm Ibicaba. Immigrants.

[Texto recebido em março de 2015 e aceito em dezembro de 2015, com base na avaliação cega por pares realizada por pareceristas ad hoc]

* Doutor em Ciências da Religião (PUCSP) e Doutor em Filosofia (UNICAMP). Professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, de Campinas/SP – Brasil. E-mail: gerson.moraes@mackenzie.br

O contexto político, econômico e social brasileiro do século XIX

Desde a chegada da família real ao Brasil, em 1808, pode-se dizer que o Brasil não era mais uma colônia, pelo menos do ponto de vista econômico, pois um dos primeiros atos do regente D. João foi a abertura dos portos às nações amigas, dando ampla liberdade comercial à nova sede da corte portuguesa. No dia 28 de Janeiro, uma semana após aportar na cidade de Salvador, D. João dirige-se ao Senado da Câmara e assina seu mais famoso ato em território tupiniquim. O texto na íntegra diz:

Conde da Ponte, do meu Conselho, Governador e Capitão-General da Capitania da Bahia, Amigo. Eu, o Príncipe-Regente, vos envio muito saudar, como àquele que amo. Atendendo à representação que fizestes subir à minha Real presença, sobre se achar interrompido e suspenso o comércio desta Capitania, com grave prejuízo de meus vassallos e da minha Real Fazenda, em razão das críticas e públicas circunstâncias da Europa; e querendo dar sobre este importante objeto alguma providência pronta e capaz de melhorar o progresso de tais danos: sou servido ordenar interina e provisoriamente, enquanto não consolido um sistema geral, que efetivamente regule semelhantes matérias, o seguinte: Primo: Que sejam admissíveis nas Alfândegas do Brasil todos e quaisquer gêneros, fazendas e mercadorias, transportadas ou em navios estrangeiros das potências que se conservam em paz e harmonia com a minha Real Coroa, ou em navios dos meus vassallos, pagando por entrada 24 por cento; a saber, 20 de direitos grosso, e 4 do donativo já estabelecido, regulando-se a cobrança destes direitos pelas pautas ou aforamentos, por que até o presente se regulam cada uma das ditas Alfândegas, ficando os vinhos, águas ardentes e azeites doces, que se denominam molhados, pagando o dobro dos direitos que até agora nela se satisfaziam. Segundo: Que não só os meus vassallos, mas também os sobreditos estrangeiros, possam exportar para os portos que bem lhe parecer, a benefício do comércio e agricultura, que tanto desejo promover, todos e quaisquer gêneros e produções coloniais, à exceção do pau-brasil ou outros notoriamente estancados, pagando por saída os mesmos direitos já estabelecidos nas respectivas Capitánias, ficando entretanto como em suspenso e sem vigor todas as leis, cartas-régias ou outras ordens, que até aqui proibiam neste Estado do Brasil o recíproco comércio e navegação entre os meus vassallos e estrangeiros. O que tudo assim fareis executar com o zelo e atividade que de vós espero. Escrita na Bahia, aos 28 de janeiro de 1808.¹

Essa atitude de abrir os portos às nações amigas era uma necessidade premente para a corte portuguesa, acarretou, entre outras coisas, uma espécie de independência do Brasil. Vale ressaltar que essa independência era “oficiosa”, funcionava dentro de uma estrutura política luso-brasileira, mas não tinha validade alguma perante os organismos internacionais, prova disso é que em 1815, tentando obter um assento no Congresso de Viena, D. João obteve como resposta uma negativa, pois, de fato ele não era governante de

¹ ABERTURA DOS PORTOS ÀS NAÇÕES AMIGAS. Disponível em: <http://www.historiadosbrasil.net/documentos/abertura_dos_portos.htm>. Acesso em: 07 mar. 2015.

um país aos olhos deste Congresso. Para corrigir o acerto doméstico que vigorava desde 1808, D. João eleva o Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves, tornando oficial, aquilo que era oficioso até então. De fato, o Brasil não era mais uma colônia, mas sim um reino unido a Portugal. Com a revolução liberal do Porto, em 1820, a família real teve que se submeter aos ideais liberais esposados pelas Cortes Portuguesas, que defendiam avanços políticos para Portugal na medida em que abolia o absolutismo português, mas se mostravam completamente retrógradas em relação ao Brasil, pois desejavam acabar com a autonomia brasileira conquistada desde 1808, e, sobretudo, a partir de 1815. Com a partida da família real para Portugal, ficou no Brasil o príncipe herdeiro, D. Pedro de Alcântara, que foi cooptado pelas elites agrárias brasileiras, e num arranjo político-administrativo proclamou a independência do Brasil em 1822. Finalizava-se assim um processo iniciado em 1808. Contudo, a independência brasileira foi, desde o seu início, uma independência comprometida, pois foi articulada e executada por uma elite agrária, com anuência do representante da casa dos Bragança no Brasil.

Essa elite agrária, do ponto de vista político, manter-se-á no poder dividindo-se em dois grupos políticos, que podem ser definidos, da seguinte maneira: de um lado, temos *os conservadores*, favoráveis à centralização político-administrativa, procurando fortalecer o poder central na figura do imperador e na política realizada na capital do país, no caso, o Rio de Janeiro, e do outro lado, temos *os liberais*, favoráveis à descentralização político-administrativa, lutando para promover uma maior autonomia das províncias em relação ao poder central. No que tange ao aspecto econômico, o Brasil continuará sendo agroexportador, com uma economia baseada em ciclos econômicos (fundados sobre o tripé: grande propriedade, monocultura e trabalho escravo), como vinha ocorrendo desde os tempos coloniais, como bem apontou Caio Prado Júnior:

[O Brasil era] uma colônia destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais de grande importância: o açúcar, o algodão, o ouro... A nossa economia se subordina a esse fim, se organizará e funcionará para produzir e exportar aqueles gêneros. Tudo mais que nela existe, e que é aliás de pouca monta, será subsidiário e destinado unicamente a amparar e tornar possível a realização daquele fim essencial.²

Completam-se assim os três elementos constitutivos da organização agrária do Brasil colonial: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo.

Estes três elementos se conjugam num sistema típico, a grande exploração rural, isto é, a reunião numa mesma unidade produtora de grande número de indivíduos; isto é que constitui a célula fundamental da economia

² PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2000. p. 117.

agrária brasileira. Como constituirá também a base principal em que se assenta toda a estrutura do país, econômica e social.³

Se durante um período de mais de trezentos anos o Brasil era uma colônia agroexportadora, agora, como Estado-Nação, será um país agroexportador. No aspecto social, também pouca coisa mudou, pois, apesar de proclamar sua liberdade política, o Brasil não estendeu essa liberdade para os mais pobres, e muito menos para os escravos africanos que nesse período continuavam alavancando a economia nacional com sua mão de obra escrava, usada e abusada por uma elite nacional que se apropriava dos ventos liberais na medida e na proporção das suas necessidades, relegando ao ostracismo aquilo que não lhe interessava. Para resumir toda essa situação, pode-se dizer que o Brasil tornou-se um país independente, mas carregou as velhas mazelas do período colonial. Esse é um pequeno apanhado sobre a situação do Brasil, nos aspectos político, econômico e social no início do século XIX.

O Ciclo do Café e mudanças no aspecto social do Brasil oitocentista

A presença da família real no Brasil será caracterizada, entre outras coisas, pela prática de uma política externa dúbia capitaneada pelo príncipe-regente D. João, que ora beneficiava os portugueses, ora beneficiava os brasileiros. Essa situação de dubiedade ensejará numa irregularidade de fornecimento de açúcar brasileiro para o mercado europeu, situação esta que será agravada pela concorrência que o nosso maior produto de exportação sofrerá com o desenvolvimento na Europa do açúcar de beterraba. A economia brasileira entrou em crise, e foi exatamente neste momento, com o colapso das exportações de açúcar, que um grupo que havia concentrado capital no Rio de Janeiro, importando produtos da Europa e revendendo para o Nordeste açucareiro, tornou-se um grupo empreendedor e investiu na cafeicultura. Aproveitando os bons preços do café nas bolsas de mercadorias europeias e a dizimação do produto no Haiti (maior exportador americano até então), graças à sua guerra de independência, esses empreendedores começaram a cultivar café no vale do Paraíba, inicialmente no Rio de Janeiro, e depois em São Paulo.

Imagine o curso de um rio, o rio Paraíba do Sul, que nasce ao pé da serra da Bocaina, no Estado de São Paulo, e deságua em Campos, no Estado do Rio de Janeiro. Esse rio atravessa um imenso vale, que recebe exatamente o nome de Vale do Paraíba. De um lado, próximo ao litoral, está a Serra do Mar. Do outro, mais para o interior, está a Serra da Mantiqueira. Essas duas serras desenham nessa área um verdadeiro corredor, ocupado pela bacia do Vale do Paraíba. (...) Ao iniciar o século XIX, porém, essa paisagem passou por radical transformação, tornando-se palco do maior fenômeno agrícola do século: o café, que se espalhou pelas terras do Vale.⁴

³ PRADO JÚNIOR, 2000, p. 121.

⁴ MARTINS, Ana Luíza. *O trabalho nas fazendas de café*. São Paulo: Atual, 1994. p. 05.

No plano internacional, o século XIX foi marcadamente influenciado pela disputa entre o ideário liberal e nacionalista de um lado, e do outro, o antigo regime (absolutismo, mercantilismo, sistema colonial). Além disso, pode-se dizer que o século XIX, economicamente falando, foi dirigido por uma única potência econômica, a saber, a Inglaterra.

A Inglaterra iniciou o século XIX como a única potência industrial do planeta, e sua política internacional esteve toda voltada para a preservação dos benefícios e privilégios auferidos com a industrialização. Isso implicava em tomar posições em todas as áreas que envolviam a relação capital-trabalho, logicamente isso implicava também em assumir uma posição quanto a escravidão africana, que ainda grassava no mundo, principalmente no continente americano. E sua posição foi favorável à abolição dos escravos. Existem várias versões que tentam explicar esse posicionamento inglês no século XIX. Existem aqueles que dizem que a Inglaterra assumiu tal posição em função de uma tomada de consciência por parte dos líderes ingleses e por *razões humanitárias*, estes passaram a considerar o tráfico negreiro e a escravidão como coisas infames. Além das razões humanitárias, há aqueles que advogam que a Inglaterra firmou posição contra o tráfico e a escravidão em virtude dos seus próprios interesses, pois ela tinha abolido a escravidão em suas colônias e com a existência ainda de escravidão em alguns lugares no mundo, ocorria um prejuízo no processo produtivo inglês, e o preço final dos produtos, desembocando numa concorrência desleal que feria os princípios da livre concorrência. Mas o fator que parece ter tido mais peso na posição assumida pela Inglaterra, sem se descartar os outros citados a pouco, parece ter sido o da grande produção de mercadorias oriundas da Revolução Industrial em marcha na Inglaterra. Lutar contra a escravidão no mundo implicava em transformar trabalhadores escravos em trabalhadores assalariados, o que no processo da Revolução Industrial significava ganhar novos consumidores para os produtos oriundos desta; na verdade, a Inglaterra estava interessada em novos mercados consumidores, por isso firmou posição contra o tráfico negreiro e a escravidão. O fato é que interferência inglesa foi decisiva para acabar com a escravidão no mundo. Em relação ao Brasil, isso fica explícito em uma série de tratados que desde 1810 foram sendo assinados entre Portugal e Brasil. A lista é grande: 1810 - Nos tratados de D. João com a Inglaterra, já se impunham restrições ao tráfico de escravos para o Brasil. 1815 - O Congresso de Viena proibiu o tráfico de escravos ao norte da linha do Equador. 1817 - Convenção Adicional com Portugal em relação ao tratado de 1815, impondo mais restrições ao tráfico. 1826 - É assinado o primeiro tratado Anglo-brasileiro de proibição ao tráfico de escravos, ficando incorporadas as disposições anteriores, a saber, 1810, 1815 e 1817. Nesse tratado também definia-se que após a ratificação do mesmo, fato que ocorreu em 1827, deveria ser abolido o tráfico de escravos para o Brasil. O prazo não é cumprido, mas em 1831, em cumprimento aos tratados anteriores é criada no Brasil a *Lei Barbacena*, que determinava a abolição do tráfico de escravos para terras brasileiras. Isso ocorreu

durante a Regência Trina Permanente (1831-1835), composta pelos deputados José da Costa Carvalho, João Bráulio Muniz e o Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, sendo que a figura mais importante dessa regência era o Ministro da Justiça, Padre Diogo Antônio Feijó (1784-1843). O Padre Diogo Antônio Feijó é uma das figuras mais controversas da história nacional.

Feijó já foi visto... de formas muito diferentes. Já foi descendente de uma princesa indígena para uns e filho do povo para outros. Já possuiu olhos azuis e pele indeterminada, mas teve o rosto recuperado em exame médico-legal. Tornou-se um idealizador da primeira República e, agora, endiabrou-se, transformando-se em ditador, para continuar sendo idolatrado no pós-1930. Cada um dos autores e biógrafos de Feijó foi construindo os elos que ligavam a própria vida a do ex-regente.⁵

A imagem de Feijó é até hoje muito controversa, como será também a do Senador Vergueiro, figura esta de extrema importância para este trabalho e a qual daremos mais detalhes adiante. Por enquanto, resta-nos dizer que a Lei Barbacena aprovada em 1831 na prática não funcionou, pois os escravos africanos continuavam chegando ao Brasil. Essa foi uma lei de fato para inglês ver, como diz o velho ditado popular.

A explicação para esse fato é muito simples: nesse tempo a lavoura cafeeira estava em rápida expansão, exigindo cada vez mais mão-de-obra. De fato, o número de escravos importados não parou de subir até 1848. Diante da má vontade do governo brasileiro em acabar com o tráfico, e também como represália ao aumento das tarifas decretadas por Alves Branco, os ingleses resolveram jogar pesado contra o Brasil. Em 1845, o Parlamento da Inglaterra – a nação que se atribuía o papel de polícia do mundo – aprovou o ‘Bill Aberdeen’ (do nome do ministro britânico George Hamilton-Gordon, conde de Aberdeen, autor do projeto). Essa lei autorizava a marinha britânica a capturar qualquer navio brasileiro suspeito – bastava a suspeita! – de dedicar-se ao tráfico de escravos e a julgar seus tripulantes. Seguiu-se muita violência não só contra os navios negreiros, mas também contra navios mercantes em geral. O Brasil foi duramente atingido pela repressão inglesa. A situação ficou ainda mais grave depois que os cruzadores britânicos receberam ordens de Londres para entrar nos portos brasileiros e capturar todo e qualquer navio equipado para o transporte de escravos que encontrasse. O governo imperial protestava contra as agressões à nossa soberania. A Inglaterra, contudo, não tomava conhecimento dos protestos brasileiros e continuava combatendo o tráfico de escravos, cada vez com mais rigor. O Brasil, sem poder reagir, sofria constantes humilhações.⁶

⁵ RICCI, Magda. *Assombrações de um padre regente (1784-1843)*. Campinas: UNICAMP, 2001. p. 142.

⁶ FIGUEIRA, Divalte Garcia. *A Era Mauá: os anos de ouro da monarquia no Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 11ss.

Este contexto de pressões britânicas levou o Brasil a aprovar, no dia 04 de Setembro de 1850, a *Lei Eusébio de Queirós*, lei esta que levou o nome do Ministro da Justiça na época. A matéria em pauta era tão espinhosa para os políticos brasileiros que estes votaram-na em sessões secretas. O tráfico finalmente chegava ao fim, pois esta lei dava ao governo nacional meios mais efetivos para combater o tráfico negreiro. E isso, terá consequências muito relevantes para a sociedade brasileira.

O regime de parceria e a vinda de imigrantes para o Brasil

A aprovação da *Lei Eusébio de Queirós*, que funcionava como um remédio eficaz contra o tráfico negreiro, e as ações policiais britânicas, em função do *Bill Aberdeen*, em pleno auge da produção cafeeira, poderiam estragar os negócios brasileiros no mercado internacional, pela falta de braços para a grande lavoura cafeeira, mas é neste contexto intrincado que aparece a figura do Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. Político experiente, cafeeiro próspero, há muito tempo participava das principais decisões da vida pública brasileira. Ainda na década de 30 do século XIX, o Senador Vergueiro já aparecia como um nome ilustre da política nacional. O Reverendo Daniel Kidder, metodista norte-americano que trabalhava como colportor no Brasil, distribuindo Bíblias, registrou vários fatos interessantes do século XIX em terras brasileiras, entre eles a abdicação de D. Pedro I e a formação da Regência Trina Provisória (07/04/1831 – 17/06/1831), que tinha entre os seus integrantes o Senador Vergueiro. Ele diz:

Nunca mais voltou D. Pedro a pôr o pé em terras brasileiras. A abdicação foi recebida no Campo de Santana com grandes demonstrações de alegria e vivas a D. Pedro II. Logo de manhã, todos os deputados e senadores se reuniram no Senado e elegeram uma Regência Provisória, constituída por Vergueiro, Francisco Lima e o Marquês de Caravelas, junta que deveria governar o país até a eleição da Regência Permanente, como determinava a Constituição. O príncipe em favor de quem o Imperador havia abdicado, nem sequer contava com seis anos; apesar de sua tenra idade, foi levado à cidade em triunfo sendo a cerimônia de sua aclamação com todo o entusiasmo que se possa imaginar.⁷

O Senador Vergueiro era um grande cafeeiro na Província de São Paulo e um político de prestígio, que era contrário à distribuição de terras (sesmarias) para estrangeiros, mas apostava num outro modelo de colonização e importação de braços para a lavoura cafeeira. Sérgio Buarque de Holanda, em seu prefácio à obra de Tomaz Davatz, *Memórias de um colono no Brasil (1850)*, diz o seguinte:

Pela mesma época levantava-se no Senado a voz prestigiosa do velho Vergueiro a fim de censurar as numerosas doações de terras a imigrantes,

⁷ KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscência de viagens e permanência no Brasil, compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1972. p. 36ss.

pois não é justo – dizia ele – que se conceda a estrangeiros aquilo que se nega a nacionais. A prodigalidade extrema na concessão de sesmarias para a função de colônias, povoando matas incultas, não atendia em sua opinião à necessidade mais premente do Império, a necessidade de braços para o desenvolvimento dos germes de sua riqueza agrícola. A parceria, conforme sustentavam, Vergueiro e Gavião Peixoto – sogro de José Vergueiro – não estabelecia para os colonos uma situação definitiva e ideal, mas preparava-os para a condição de proprietários ou foreiros. Segundo, tal concepção, o que importava antes de tudo atender a solicitações da grande lavoura sem perder de vista a conveniência de se adaptarem os colonos às condições particulares da produção rural do país. Foi esse o problema que se propôs o Senador Vergueiro com o plano das colônias de parceria, destinadas a constituir legítimos viveiros ou escolas agrícolas para os imigrantes.⁸

Ainda no início da década de 1840, o Senador empreendeu seu primeiro projeto de colonização particular, quando trouxe os primeiros imigrantes europeus para sua fazenda em Ibicaba, no interior de São Paulo. Estes camponeses eram oriundos do Minho e foram atraídos para trabalhar na grande lavoura de café. Mas em 1842, ocorreu uma revolução liberal em São Paulo e o Senador Vergueiro se viu envolvido em tal episódio, o que acabou gerando desconfiança na Corte e fez com que o astuto político e fazendeiro postergasse seus planos. Alguns anos mais tarde, surge a empresa Vergueiro & Cia. A casa Vergueiro tinha por objetivo recrutar colonos na Europa mediante contrato. A ideia do Senador Vergueiro era uma simples adaptação do sistema pelo qual se organizara a emigração inglesa para os Estados Unidos na época colonial, período em que o imigrante vendia seu trabalho futuro. “Nas colônias inglesas o financiamento ocorria por conta do empresário. No caso brasileiro, o governo cobria a parte principal desse financiamento que era o preço da passagem da família”.⁹ O fenômeno ocorrido na emigração inglesa para os Estados Unidos citada por Celso Furtado é aquilo que alguns chamam de *Indented Servant* (Servidão por contrato), e Sérgio Buarque de Holanda chama de *Indenture*. No fundo esses métodos nunca divergiram muito do *endividamento* a que, segundo certos historiadores, deveram os Estados Unidos, durante a era colonial, quase metade dos imigrantes livres que as treze colônias receberam. Os encarregados de angariar colonos atraíam os candidatos adiantando-lhes as somas destinadas à viagem e ao sustento; tais somas eram amortizáveis mediante prestação de serviços por um determinado prazo. Na América do Norte, o prazo mais comum eram quatro ou cinco anos. O patrão obrigava-se a sustentar o trabalhador, enfermo ou não, e, terminado o prazo, a fornecer-lhe na ausência de um contrato explícito, os donativos de alforria, “que consistiam em um machado, duas enxadas, milho bastante para sustento durante um ano e algumas vezes um pedaço de terra cultivável”.¹⁰

⁸ HOLANDA *apud* DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980. p. 22ss.

⁹ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967. p. 131.

¹⁰ DAVATZ, 1980, p. 28.

No Brasil, a situação era um pouco diferente. O colono europeu cooptado para trabalhar na grande lavoura cafeeira dentro de um certo prazo deveria pagar os custos de sua viagem e de seus familiares, com juros de 6% ao ano. O produto da venda do café deveria ser repartido entre colono e fazendeiro, bem como deveria prevalecer o mesmo princípio para as sobras de mantimentos que o colono viesse a vender. A Europa neste momento do século XIX passava por uma série de turbulências econômicas, e houve por parte de autoridades alemãs e suíças, estímulos à imigração, principalmente para aqueles que se tornavam onerosos às administrações municipais (entre esses contavam-se antigos soldados, egressos de penitenciárias, aleijados e cegos). É claro que jovens sadios também foram recrutados, mas para conseguirem os adiantamentos para a viagem por parte das municipalidades europeias, estes deveriam levar consigo aqueles. “Onde quer que os movimentos emigratórios tomassem vulto, não faltava entre as administrações quem procurasse utilizá-los em favor de uma verdadeira depuração nacional”.¹¹ Com isso, não se pretende dizer que os imigrantes que vieram para o Brasil eram todos indesejados ou párias em sua pátria, mas é fato que um grande preconceito acompanhou todo este processo, tanto por parte dos contratantes, que ao longo do processo imigratório desfraldaram a bandeira do *embranquecimento* da raça brasileira, que era mestiça demais aos olhos destes, como por parte das autoridades europeias que viam nesse projeto de imigração uma excelente oportunidade para reduzir custos com pessoas que, por um motivo ou outro, eram consideradas onerosas para as suas respectivas nações. Voltando à questão do regime de parceria, não é difícil perceber que o tipo de relacionamento entre colono e fazendeiro no Brasil desembocou numa servidão declarada sem limite de tempo estabelecido pelo fazendeiro, o que na prática transformava o imigrante europeu, na visão deste, num escravo branco. Os abusos por parte do fazendeiro aconteceram e trouxeram sérias dificuldades para os colonos europeus, e o livro de Thomas Davatz, já mencionado neste trabalho, é um testemunho vivo desses abusos, que ocorreram na fazenda Ibicaba, na época situada no município de Limeira (atualmente a fazenda está situada no município de Cordeirópolis, às margens da Rodovia Dr. Cassio de Freitas Levy, Km 2 – que liga Cordeirópolis a Limeira), interior de São Paulo. Contudo, estes abusos não ficaram sem resposta, pois houve por parte dos colonos uma tomada de posição, tendo em vista o fato de não aceitarem tais afrontas, e isso deve-se ao que estamos denominando de *habitus protestante*, que esses colonos trouxeram consigo de suas terras natais.

O *habitus protestante* e a revolta dos colonos europeus em Ibicaba

O conceito de *habitus* utilizado aqui é extraído da obra de Pierre Bourdieu. Este conceito em Bourdieu, segundo Peter Burke, foi tomado do historiador de arte Erwin Panofsky, que, por sua vez, o havia tomado dos filósofos escolásticos.¹² Além destes,

¹¹ DAVATZ, 1980, p. 29.

¹² BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 77.

Bourdieu também teria se encontrado com o termo na obra de Leibniz, quando estudava a filosofia deste na Escola Normal. O grande mérito de Bourdieu foi desenvolver esse conceito. Para Bourdieu, o *habitus* serve para articular, para mediar as dimensões objetiva e subjetiva do mundo social, ou seja, entre a estrutura e a prática. A questão fundamental para o pensador francês é compreender o caráter estruturado ou ordenado das práticas sociais sem cair, por um lado, na *concepção subjetivista*, segundo a qual essas práticas seriam organizadas de forma autônoma, e, por outro lado, ele também não quer se deixar enredar pela *perspectiva objetivista*, que reduzia as práticas sociais à execução mecânica. Pode-se dizer que para Bourdieu:

As práticas sociais seriam estruturadas, isto é, apresentariam propriedades típicas da posição social de quem as produz, porque a própria subjetividade dos indivíduos, sua forma de perceber e apreciar o mundo, suas preferências, seus gostos, suas aspirações, estariam previamente estruturadas em relação ao momento da ação. O argumento de Bourdieu é o de que cada sujeito, em função de sua posição nas estruturas sociais, vivenciaria uma série de características de experiências que estruturam internamente sua subjetividade, construindo uma espécie de matriz de percepções e apreciações que orientaria, estruturaria, suas ações em todas as situações subsequentes. Essa matriz, ou seja, o *habitus*, não corresponderia, no entanto, enfatiza o autor, a um conjunto inflexível de regras de comportamento a ser indefinidamente seguida pelo sujeito, mas, diferentemente disso, constituiria um princípio gerador duravelmente armado de improvisações regradas. O *habitus* seria formado por um sistema de disposições gerais que precisariam ser adaptadas pelo sujeito a cada conjuntura específica de ação.¹³

A partir da definição acima, percebe-se que o *habitus* articula o mundo interno, ou seja, o mundo subjetivo das pessoas, para que as mesmas respondam objetivamente através de suas ações a uma determinada situação. Por isso, quando se fala na leva de imigrantes que vieram para a fazenda Ibicaba na segunda metade do século XIX, pode-se dizer que os mesmos – analisando-os pelo viés religioso – cultivavam um *habitus protestante*. Como Sérgio Buarque já havia assinalado, os imigrantes que vieram para a Província de São Paulo, especificamente para Ibicaba, eram na sua maioria alemães e suíços, ambos com uma forte tradição protestante.

No caso dos imigrantes alemães e suíços que se instalaram em S. Paulo... o desajustamento normal com as condições que o ambiente favorecia complicava-se com a atitude religiosa predominante em muitos dos colonos. Estes em grande, talvez na maioria dos casos, provinham de terras luteranas e calvinistas e chegavam-nos quando a liberdade de culto sofria entre nós toda espécie de restrições. Não admira, que os campeões da

¹³ NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. *Bourdieu e a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 28.

imigração germânica (alemã e suíça alemã) fossem também partidários ardentes de uma maior liberdade religiosa.¹⁴

Estes imigrantes acabaram sendo vítimas no Brasil de um sistema de parceria que explorava sua mão de obra e dava amplos poderes para o fazendeiro, incutindo na mente dos colonos que estes eram escravos brancos.

Apenas chegados ao porto de Santos, depois de uma viagem marítima favorável ou não, mas em todo caso fatigante e arriscada, os colonos já são de certo modo uma propriedade da firma Vergueiro. (...) Os colonos que emigraram, recebendo dinheiro adiantado tornam-se, pois, desde o começo, uma simples propriedade de Vergueiro & Cia. E em virtude do espírito de ganância, para não dizer mais, que anima numerosos senhores de escravos, e também da ausência de direitos em que costumam viver esses colonos na Província de São Paulo, só lhes resta conformarem-se com a ideia de que são tratados como simples mercadorias, ou como escravos.¹⁵

Muitas dessas pessoas que ficavam horrorizadas com as condições e os tratamentos recebidos logo na chegada ao Brasil foram iludidas por propagandas enganosas na Europa, onde havia agentes recrutadores fazendo alardes sobre as excelentes condições de trabalho e qualidade de vida no Brasil. Muitos desses religiosos europeus que se propuseram a emigrar desejavam repetir as experiências de outros colonos europeus que dois séculos antes haviam desembarcado nas colônias inglesas da América do Norte. Davatz chegou a expressar-se da seguinte maneira:

[...] a ideia de emigrar me viera à mente já antes de 1855. Meu desejo ardente, por essa época, era descobrir em um dos Estados da União Norte-Americana um lugar adequado (...) Imaginava um lugar onde elas [famílias de colonos] pudessem sustentar-se decentemente, construir uma comunidade bem organizada, com suas igrejas, suas escolas, suas instituições de caridade, um lar, enfim, onde por um lado ficassem resguardadas contra a possibilidade de uma dispersão e também da ruína e do embrutecimento e por outro mediante uma vida diligente e econômica, obter meios de subsistência. E só. Jamais me veio à cabeça a possibilidade de uma vida fácil, toda de lazeres e de prazeres.¹⁶

Davatz e os outros colonos que partilhavam de suas ideias nada mais faziam do que reproduzir a ética protestante, que caracterizou alguns grupos religiosos desde o início da Reforma Protestante do século XVI. Com uma vida ascética e de valorização do trabalho como um meio de agradar a Deus, esses religiosos criaram um *ethos protestante*. Davatz era membro da Comissão dos Pobres da sua municipalidade no canto dos Grisões, sua terra natal, na Suíça. Em Abril de 1855, ele e seus familiares e mais quarenta e duas

¹⁴ HOLANDA *apud* DAVATZ, 1980, p. 20.

¹⁵ HOLANDA *apud* DAVATZ, 1980, p. 86.

¹⁶ DAVATZ, 1980, p. 161.

pessoas de seu município partiram para arrebanhar outras pessoas em outras localidades da Suíça e da Alemanha, contabilizando duzentas e sessenta e seis pessoas que fizeram uma viagem cansativa até o porto de Santos, e dali gastaram mais alguns dias para chegarem até a fazenda Ibicaba do Senador Vergueiro. Percebe-se que Davatz chegou ao Brasil já exercendo uma certa autoridade sobre o grupo, pois ele veio com a incumbência de enviar relatórios precisos sobre as condições de vida de colonos no Brasil para várias municipalidades do Vale de Prätigau, a saber: Schiers, Grüschi, Seews, Fanas, Jenatz, Fideris, Luzein, Küblis, Konters, Saas, Klosters e Serneus.

O relatório que Davatz deveria enviar para a Suíça era dividido em quatro partes: assuntos gerais; assuntos relativos ao culto, ao ensino e à beneficência, assuntos políticos e assuntos econômicos. Por uma questão de objetividade, o que interessa aqui são os assuntos relativos ao culto, ao ensino e à beneficência. As perguntas foram assim formuladas:

- 1) Há garantias de liberdade religiosa (leitura e difusão da Bíblia e outros recursos religiosos)?
- 2) Acham-se assegurados os meios para que protestantes e católicos possam atender suas necessidades? Como?
- 3) Existem estabelecimentos escolares do governo ou toda educação está entregue à iniciativa privada? O ensino é ministrado em uma só língua ou seria possível empregar-se qualquer língua?
- 4) Existem meios de instrução? Quais?
- 5) Caso os emigrantes desejem dispor de sacerdotes ou mestre-escola pode-se esperar alguma contribuição da companhia ou do Estado para a manutenção do mesmo?
- 6) A região de São Paulo acha-se sujeita a alguma administração eclesiástica, a algum poder episcopal? E de que espécie?
- 7) Caso existam escolas públicas qual é sua organização e quais as disciplinas mais importantes?
- 8) Existe alguma legislação acerca das relações conjugais? E de que espécie?
- 9) Qual a situação do colono se cair em miséria? Existem organizações ou institutos de amparo e assistência?
- 10) Qual o caráter moral e religioso dos núcleos coloniais até o presente?¹⁷

Ao chegar à fazenda, e depois de ser muito bem tratado pelo Administrador, Luiz Vergueiro, e pelo diretor, um tal Sr. Jonas, Davatz conseguiu o cargo de mestre escola, mas não pôde iniciar suas atividades, pois contraiu maleita e ficou doze semanas acamado. Logo que se restabeleceu, o mesmo resolveu escrever o relatório para a Suíça contando da situação degradante dos colonos no Brasil, e apesar de fazer às escondidas, a vigilância era tanta na fazenda que os Vergueiro logo descobriram, e Davatz passou a ser visto como um agitador, baderneiro e foi acusado até de ser um comunista. Esse relatório nunca chegou à Suíça, pois Davatz o entregou ao Dr. Gattiker (médico da fazenda, que cuidou de Davatz no período de enfermidade), que ficou com ele algum tempo, e que desencorajou Davatz do seu propósito inicial. O fato é que Davatz resolveu não enviá-lo. E foi o que aconteceu, mas a estrutura policialesca da fazenda já havia tido acesso ao mesmo, lendo-o na íntegra.

¹⁷ DAVATZ, 1980, p. 261.

O encontro entre Davatz e o Dr. Gattiker ocorreu no início de 1856, na cidade de São João, atual cidade de Rio Claro/SP, e que teve um considerável desenvolvimento econômico no século XIX, graças à colônia do Senador Vergueiro. Muitos colonos dirigiam-se às cidades de Limeira e Rio Claro aos domingos de manhã para venderem os produtos de suas plantações e de sua indústria: legumes, laticínios, mel de abelha, etc.¹⁸

Davatz era um homem religioso e muito preocupado com as questões espirituais dos seus conterrâneos, e logo teve que se deparar com a religiosidade oficial que imperava no Brasil, sendo vedado aos praticantes do culto protestante uma série de direitos. Ele cita uma situação bem comum para a época no Brasil. Ele diz:

Na mesma colônia [ele não diz qual] exigia-se também que os colonos, protestantes e católicos, contribuíssem com uma soma anual para a construção de uma igreja de certa cidade situada à distância de três horas e meia, embora na mesma igreja não fossem admitidos protestantes como padrinhos de batismo.¹⁹

A certa altura de seu livro-testemunho, Davatz registra que naquela época não havia na Província de São Paulo pastores protestantes e, portanto, não havia meios de se administrar os sacramentos segundo os ritos protestantes, muito menos uma instrução religiosa eficaz. Ele registra ainda a dificuldade de instruir os filhos de protestantes, batizá-los e casá-los em terras brasileiras naquela época: os filhos de protestantes só podem ser batizados nas igrejas católicas das cidades. Em uma destas cidades, que, aliás, não fica longe de Ibicaba, o padre não aceitava de modo nenhum protestantes como padrinhos de batismo, não obstante a Constituição brasileira garantisse a liberdade de culto e o governo imperial fizesse empenho em assegurar tal liberdade. Os casamentos de protestantes não eram celebrados em igrejas, mas apenas diante dos funcionários civis, na presença de testemunhas escolhidas pelos noivos. Todos subscreviam um contrato onde figurava como condição essencial que os filhos que porventura viessem a nascer do casal, seriam educados na religião católica. Tentando superar as dificuldades impostas pelas condições existentes no Brasil, Davatz propôs o funcionamento de uma escola, que foi iniciada em Outubro de 1856, em um local espaçoso, mas insuficiente, pois Davatz começou a usar também sua própria casa na colônia de Ibicaba para ministrar as aulas. Dava trinta e cinco aulas por semana, inclusive oito noturnas e uma aos domingos, de tarde.

Reparti os alunos – cento e oito ao todo – por três classes, os grandes e os pequenos de aula diurna e os de aula noturna. O número de disciplinas limitava a cinco: Leitura, Caligrafia, Aritmética, Canto e História Sagrada.

¹⁸ DAVATZ, 1980, p. 31.

¹⁹ DAVATZ, 1980, p. 96.

(...) Eu não disporia sequer de giz para escrever se um colono não tivesse trazido alguns da Suíça.²⁰

Além de assumir a função de mestre escola, Davatz teve que assumir a função de pastor, já que não havia nenhum pastor ordenado em São Paulo naquela época, para atender os protestantes europeus.

[...] Além das funções de mestre escola, tive de exercer também as de pastor junto aos vivos e aos mortos, excluída naturalmente a administração dos sacramentos. Desde então e até minha saída de Ibicaba, os colonos tiveram de contentar-se com aquilo que eu lhes pudesse proporcionar por minha conta em matéria de religião, ou com o que me era possível escolher em bons livros de orações.²¹

Davatz, ao expor essas questões religiosas, pretendia mostrar entre outras coisas as dificuldades enfrentadas por colonos no Brasil. A casa Vergueiro em nada contribuía para apaziguar os ânimos dos colonos protestantes, colocando-se numa postura de extrema arrogância, o Administrador Luiz Vergueiro chegou a dizer coisas que com certeza alarmaram ainda mais o *ethos* protestante dos colonos. Em certa ocasião, num rompante de arrogância, ele disse que: “A firma Vergueiro tem tanta força que não precisa de Deus e nem de Cristo em sua casa”.²² Em outra ocasião, o mesmo Luiz Vergueiro disse: “Aqui em Ibicaba a ordem é tal que um outro indivíduo turbulento nada poderia fazer para perturbá-la. O diabo em pessoa não nos assustaria”.²³ Esses problemas religiosos somados a uma série de outros problemas de ordem econômica e de exploração da mão de obra farão com que os colonos comecem a se organizar sob a liderança de Thomas Davatz, o professor e pastor daquele grupo.

No dia 24 de setembro, a altas horas da noite, surgiram em minha casa, além do amigo Schittler, seu irmão Heinrich Schittler, Kaspar Märki e Philipp Zumkeleer. Pouco depois chegava também Ulrich Ryffel. Reuníamo-nos todos dispostos a assumir um compromisso solene. Com a ajuda de Deus Todo-Poderoso, associaríamos todas as nossas forças para a realização de uma aspiração comum, ou seja, para encontrarmos uma via regular, em que nos fosse possível e a outras pessoas de bom comportamento na colônia, achar um meio de sair das tristes condições em que vivíamos e procurar situação melhor. Além desse compromisso tomávamos a deliberação de manter sobre o caso um silêncio completo e de nos unirmos em solidariedade perfeita. Um por todos e todos por um! Esse seria doravante nosso lema sagrado.²⁴

²⁰ DAVATZ, 1980, p. 136.

²¹ DAVATZ, 1980, p. 137.

²² DAVATZ, 1980, p. 142.

²³ DAVATZ, 1980, p. 155.

²⁴ DAVATZ, 1980, p. 178.

Os colonos de forma geral andavam todos descontentes com as dívidas que só faziam aumentar e com a diminuição do valor pago pelo café colhido. Foi quando Davatz revelou os planos para os colonos:

Tenham calma e coragem. Já se deu um passo no sentido de obtermos assistência regular e legal, e assim se conseguirá mais do que com uma revolução: já escrevemos ao consulado geral da Suíça no Rio de Janeiro e solicitamos, entre outras coisas uma sindicância em torno das condições aqui. E depois há de vir coisa melhor.²⁵

A insatisfação era generalizada e a casa Vergueiro sabia do descontentamento dos colonos e tentou dissipá-lo. Por ocasião, do aniversário de 79 anos do Senador Vergueiro, ocorrido no dia 20 de dezembro de 1856, os colonos foram todos convidados, e, além de poderem se refestelar com as iguarias oferecidas a eles, deveriam também animar a festa, cantando hinos em louvor a Deus e em homenagem ao aniversariante por meio do coro masculino existente entre eles, mostrando-se felizes e estimulados para empresários do café, bem como para políticos e alguns europeus que compareceram à festa. Tudo havia sido montado para gerar a impressão de que não havia problemas na fazenda Ibicaba. A adesão dos colonos foi pífia, o que fez acender a ira dos Vergueiros, principalmente contra Davatz, considerado como chefe dos insubordinados. Davatz foi chamado à sede da fazenda e passou por um interrogatório terrível, sendo inclusive ameaçado de morte, mas mesmo assim conseguiu safar-se daquela situação. Quando ele estava retornando para a colônia, eis a surpresa.

Apenas tínhamos dado uns cem passos e surgiram à nossa frente três suíços. Atrás desses vinham outros e por fim quase todos os colonos suíços e turíngios, inclusive diversas mulheres, em sua maioria armados de cacetes, foices, ancinhos, pistolas, espingardas, pedaços de pau, todos enfurecidos e prontos para arrasar a fazenda e exercer terrível vingança sobre os patrões. Tudo porque alguns ouviram dizer que eu ia ser preso na fazenda ou que me tinham apontado ao peito uma pistola, ou que... O pedido de socorro levado pelo menino à colônia circulou de boca em boca com a rapidez de um raio. E aqueles boatos não se fizeram esperar naturalmente. Ele nem ao menos merecem que lhe metam uma bala no crânio...! Se tais palavras foram efetivamente pronunciadas não se perderam no ar. E o pessoal convenceu-se de que tinha que me salvar a todo transe. A princípio precisei fazer tudo para que os homens desistissem de seu propósito e ficassem quietos. Graças a Deus consegui evitar o pior, com o auxílio de algumas pessoas que me ajudaram em meus esforços.²⁶

Como se pode perceber, Davatz não era um desordeiro, um bagunceiro qualquer que queria criar problemas para a família Vergueiro. Ele e todos os colonos que recusaram

²⁵ DAVATZ, 1980, p. 180.

²⁶ DAVATZ, 1980, p. 193ss.

aquelas situações degradantes foram estimulados por um *habitus protestante* que traziam consigo e que aprenderam em suas terras natais e não se submeteram àquele sistema extremamente prejudicial a eles. Davatz, apesar de ter que se retirar da fazenda e voltar para sua pátria, não abandonou seu posto de líder religioso daqueles colonos e escreveu o livro que foi a base para a construção do trabalho que ora se apresenta: *Memórias de um colono no Brasil (1850)*; esse livro-testemunho causou tanto impacto na Europa que a imigração de europeus para o Brasil foi proibida em 1859, pois as autoridades europeias alegavam que na experiência do regime de parceria, vivenciado principalmente na fazenda Ibicaba, seus filhos estavam sendo escravizados. A imigração de europeus só foi retomada em 1870, quando o governo brasileiro ofereceu garantias para a imigração, comprometendo-se a subvencionar a imigração e estabelecendo regras claras para tal, como por exemplo, o estabelecimento de um salário fixo para o colono, bem como o pagamento de uma bonificação ao fim de cada colheita. Mas mesmo com desfecho dessa história já demonstrado fica a pergunta, porque Davatz foi o líder daquele grupo que resistiu bravamente à escravidão disfarçada? Bourdieu nos auxilia mais uma vez. Davatz acumulou, como líder religioso daquele grupo, um capital religioso para realizar tal empreendimento:

Em função de sua posição na estrutura da distribuição do capital de autoridade propriamente religiosa, as diferentes instâncias religiosas, indivíduos ou instituições, podem lançar mão do *capital religioso* na concorrência pelo monopólio dos bens de salvação e do exercício legítimo do poder religioso enquanto poder de modificar em bases duradouras as representações e as práticas dos leigos, inculcando-lhes um *habitus* religioso, princípio gerador de todos os pensamentos, percepções e ações, segundo as normas de uma representação religiosa do mundo natural e sobrenatural, ou seja, objetivamente ajustados aos princípios de uma visão política do mundo social.²⁷

O fato existir um *ethos* e *habitus* protestante no grupo de imigrantes da fazenda Ibicaba, bem como um estímulo à participação dos leigos – em função da doutrina do sacerdócio universal dos crentes – na organização e administração da vida religiosa, fez com que o levante dos colonos, e principalmente a denúncia registrada no livro-testemunho de Thomas Davatz, gerasse um impasse nas relações internacionais entre o Brasil e os países europeus, colocando em xeque o regime de parceria adotado no Brasil. Após o impasse diplomático resolvido, o público buscado na Europa, depois de 1870, não era um grupo de matriz protestante. É claro que este não é o único fator para explicar a opção por outros grupos no pós-1870, mas fica evidente que a experiência da fazenda Ibicaba mostrou aos cafeicultores do Brasil que tentar dominar um grupo que se vinculava e se organizava a partir de *ethos* religioso, no caso, protestante, era tarefa bastante árdua.

²⁷ BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 57.

Considerações finais

Thomas Davatz não somente acumulou capital religioso como foi capaz de despertar o *habitus* protestante naqueles colonos que moravam na fazenda Ibicaba no século XIX. Ele soube canalizar suas demandas de forma justa, lutando contra a exploração econômica, em função de seus princípios religiosos, e sua luta ecoou em todo continente europeu, poupando a vida de muitos imigrantes e resguardando o direito de outros.

O episódio da fazenda Ibicaba é paradigmático quando se pesquisa a relação capital-trabalho no século XIX. O ato de rebeldia daqueles colonos foi fruto de um *ethos* protestante, que via o trabalho como uma bênção de Deus, pois ele era um meio de glorificação deste Deus, um meio de culto, onde o fiel demonstrava sua piedade e devoção. É bem verdade, que alguns podem alegar que isto não passava de um processo alienante, mas mesmo que isso seja verdade, em hipótese alguma desmerece a atitude daqueles imigrantes. O protestantismo como um todo é fruto da combinação de diversos fatores, mas, sem dúvida, pode-se dizer, que ele é fruto de uma grande indignação contra as autoridades religiosas do século XVI. A semente da contestação e da indignação acompanhou todos os matizes protestantes, em maior ou menor intensidade, e sempre estiveram na base da conduta protestante. O *ethos* protestante, mencionado algumas vezes neste trabalho, foi forjado por séculos de combate à tirania. É bem verdade também que, em alguns casos, o próprio protestantismo produziu os seus tiranos, mas mesmo nestes casos, nunca deixou de existir contestação. É importante resgatar estes episódios, que sempre foram secundários na historiografia brasileira, cabendo-lhes algumas pequenas notas de rodapé e nada mais. A história da imigração no Brasil ainda tem muitos capítulos para serem escritos, bem como a história da influência religiosa dos grupos que ajudaram a construir esta nação. O episódio do levante dos colonos em Ibicaba no século XIX é só mais um capítulo desta história, que continua aberta a contribuições e novas interpretações.

Referências

ABERTURA DOS PORTOS ÀS NAÇÕES AMIGAS. Disponível em: <http://www.historiadosbrasil.net/documentos/abertura_dos_portos.htm>. Acesso em: 07 mar. 2015.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. *A Era Mauá: os anos de ouro da monarquia no Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2002.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967.

KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscência de viagens e permanência no Brasil, compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1972.

MARTINS, Ana Luiza. *O trabalho nas fazendas de café*. São Paulo: Atual, 1994.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. *Bourdieu e a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

RICCI, Magda. *Assombrações de um padre regente (1784-1843)*. Campinas: UNICAMP, 2001.